Introdução

Por que uma história dos comunistas brasileiros?

Carlos Zacarias de Sena Júnior

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SENA JÚNIOR, C.Z., ed. Introdução: Por que uma história dos comunistas brasileiros? In: *Capítulos de história dos comunistas no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 13-29. ISBN: 978-85-232-1873-7. <https://doi.org/10.7476/9788523218737.0003>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Introdução:

Por que uma história dos comunistas brasileiros?

Carlos Zacarias de Sena Júnior

Surgido de uma conferência proferida em 1996 no Isaac Deutscher Lecture, “Podemos escrever uma história da Revolução Russa?”, artigo de Eric Hobsbawm presente na coletânea de ensaios *Sobre história*, começa por prestar homenagens ao historiador polonês, autor da magistral trilogia sobre Trotsky – *O profeta armado*, *O profeta desarmado* e *O profeta banido*. Através do texto, escrito poucos anos após a queda do Muro de Berlim e da desagregação da União Soviética, Hobsbawm apresenta a premissa de que “cada geração faz suas próprias perguntas novas sobre o passado”.¹

A obra de Hobsbawm é bastante conhecida no Brasil, principalmente a sua trilogia das “eras” – *das revoluções*, *do capital*, *dos impérios* –, mas também seus diversos livros e artigos que passam em revista as aventuras e desventuras da nossa modernidade.² Partindo do postulado enunciado acima, sobre o qual não temos nenhuma oposição, Hobsbawm aventa a hipótese de que, embora ainda estejamos longe de termos arrefecidas das paixões despertadas pela Revolução Russa, seria possível alcançarmos o

1 HOBSBAWM, E. Podemos escrever uma história da Revolução Russa? In: HOBSBAWM, E. *Sobre história. Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 256. A referência da última edição brasileira da trilogia sobre Trotsky é a seguinte: DEUTSCHER, I. *Trotsky: o profeta armado, o profeta desarmado, o profeta banido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 3 v.

2 HOBSBAWM, E. *A era das revoluções. Europa, 1789-1848*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; HOBSBAWM, E. J. *A era do capital. 1848-1875*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios. 1875-1914*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ponto em que a “temperatura” em torno deste debate venha a se abrandar, se aproximando dos níveis das polêmicas que envolvem, por exemplo, a Reforma Protestante.

Hobsbawm faz alusão à parcialidade das conclusões relativas a problemas que permanecem em curso e que, incontornavelmente, despertam paixões ideológicas, para se perguntar “sobre o que podem legitimamente concordar os historiadores da Revolução Russa?”.³ Ou seja, seria possível extrairmos algum nível de consenso sobre um acontecimento que dividiu a história do século XX e que continua sendo terreno de disputas acirradas no campo da memória e da história? Para responder a tais questões Hobsbawm faz sucessivas e importantes incursões sobre a história contrafactual para concluir, entre outras coisas, que a Revolução vingou na Rússia como não poderia ter vingado em nenhuma outra parte do mundo e que, talvez, uma Rússia democrática tivesse sido mais bem sucedida do que o regime dos bolcheviques.⁴

Pode parecer surpreendente que o grande historiador marxista britânico, ex-militante do Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB), estivesse disposto a corroborar com certas teses sobre a validade universal da democracia ou acerca da superioridade deste regime sobre a “ditadura do proletariado”. Não obstante, uma leitura atenta nos faz crer que é exatamente isso que faz Hobsbawm ao promover concessões a uma historiografia hostil ao marxismo e ao legado de Lenin, ainda que, aqui e ali, não ceda às tentações revisionistas que propõem a “tese da continuidade” que atribui ao dirigente bolchevique a responsabilidade pelo stalinismo.

Se são conhecidos os textos do historiador britânico, é bastante improvável que os brasileiros tenham tido notícia da obra do historiador norte-americano Kevin Murphy. Apresentado aos brasileiros em um artigo publicado na *Revista Outubro* em 2008, Murphy é um importante historiador social da Revolução Russa, como são também: Alexander Rabinowich, Lars Lih, Stephen Cohen, Steve Smith, Terry Martin, Jeffery Rossman, Lyanne Viola, entre outros desconhecidos entre nós.⁵ Tais autores

3 HOBBSAWM, E. Podemos escrever uma história da Revolução Russa? op. cit., p. 257.

4 HOBBSAWM, 1998, p. 264.

5 MURPHY, K. Podemos escrever a história da Revolução Russa? Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm. *Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, São Paulo, n. 17, p. 41-65, 2008. Das edições em inglês, ainda aguardando tradução brasileira, citamos alguns títulos: MURPHY, K. *Revolution and counterrevolution. Class struggle in a Moscow Metal Factory*. Chicago: IL, Heymarket Books, 2007. RABINOWITCH, A. *The Bolsheviks come to power. The Revolution of 1917 in Petrograd*. Chicago: Illinois; London: Pluto Press, 2004. RABINOWITCH, A. *The Bolsheviks in power. The first year the soviet rule in Petrograd*. [Bloomington]: Indiana University Press, 2008. SMITH, S. *Red Petrograd. Revolution in the factories, 1917-1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. LIH, L. *Lenin rediscovered: what is to be done? in context*.

são utilizados por Murphy para desenvolver uma polêmica contra as posições expressas por Hobsbawm em torno das possibilidades de se escrever uma história da Revolução Russa e, mais do que isso, em torno das controvérsias políticas que a história permanece ensejando quanto ao tema das revoluções. O artigo de Murphy, que tem título homônimo ao de Hobsbawm, foi preparado a partir de uma conferência enquanto o estadunidense recebia o prêmio Tâmará e Issac Deutscher pelo seu livro *Revolution and counterrevolution: class struggle in a Moscow Metal Factory*.⁶

Murphy e Hobsbawm, embora marxistas, assumem posições distintas quanto ao tema relativo à historiografia sobre a Revolução Russa, pois, para o historiador norte-americano, o britânico assumiu uma perspectiva inconsistente em sua abordagem produzida depois da queda da União Soviética, ecoando perguntas feitas pela historiografia conservadora e anti-comunista. Para afirmar sua posição, Murphy cita a deferência com que Hobsbawm se refere à obra de Orlando Figes, *A tragédia de um povo*, publicada no Brasil pela editora Record, apenas três anos depois da edição britânica original.⁷

Murphy evoca as obras clássicas dos marxistas, como a *História da Revolução Russa*, de León Trotsky, e *O ano I da Revolução Russa*, de Victor Serge, além de obras de outros marxistas, não contemporâneos dos episódios de 1917 e que foram além da Revolução Russa, como Pierre Broué, Tony Cliff e Ernest Mandel, para reivindicar uma tradição que, segundo historiador estadunidense, permanece insuperada, mesmo no sentido historiográfico e acadêmico do termo.⁸

Escrevendo há dez anos do texto de Hobsbawm, Murphy avaliou que as expectativas produzidas em torno da abertura dos arquivos da ex-União Soviética não chegaram a desmentir o que já se conhecia sobre a Revolução Russa e a própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS),

Chicago Illinois: Haymarket Books, 2008. Entre os dos poucos autores traduzidos encontra-se COHEN, S. *Bukharin: uma biografia política. 1888-1938*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

6 MURPHY, op. cit.

7 A edição brasileira: FIGES, O. *A tragédia de um povo. A Revolução Russa, 1891-1924*. Rio de Janeiro: Record, 1999. A edição inglesa tem a seguinte referência: FIGES, O. *A people's tragedy. The Russian Revolution, 1891-1924*. Harmondsworth: Penguin, 1996.

8 A última edição da obra de Trotsky no Brasil tem a seguinte referência: TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007. Quanto a Victor Serge, mais conhecido no Brasil pela obra SERGE, V. *Memórias de um revolucionário. 1901-1941*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, a referência completa é a seguinte: SERGE, V. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2007. Pierre Broué e Ernest Mandel ganharam edições diversas no Brasil devido a sua ligação com organizações vinculadas à IV Internacional. Já Tony Cliff, teórico trotskista jude-britânico, nascido na Palestina, apesar de pertencer a mesma linhagem de intelectuais como o belga Mandel e o francês Broué, ainda não ganhou traduções no Brasil.

de maneira que conclui que o caminho tomado pela historiografia no presente, caracteriza-se por um desvio ideológico, pois caso se tratasse de uma questão de fontes e de novas evidências históricas, “a interpretação padrão da Revolução Russa estaria avançando pela esquerda, em direção à interpretação marxista clássica” e não o contrário. Para Murphy, os problemas relativos à interpretação acadêmica do fenômeno revolucionário, muito especialmente da Revolução Russa, nunca se relacionaram “à falta de acesso fontes”, mas foram, principalmente, problemas políticos, pois “[r]evoluções inevitavelmente evocam partidarismos”.⁹

A esta altura o leitor deve estar se perguntando sobre o porquê de não haver traduções entre nós de obras da historiografia social e marxista norte-americana ou de qualquer outra parte do planeta que apresente simpatias pela Revolução Russa, por Lenin, por Trotsky e pelos bolcheviques. Em contrapartida, o que pareceria improvável em se tratando de leitores de um livro que trata dos comunistas, alguém poderia se perguntar sobre por que se deve escrever a história dos comunistas brasileiros. De uma forma ou de outra, vale à pena discutir um pouco as características do nosso mercado editorial relativo ao tema das revoluções, dos partidos e movimentos de esquerda e dos comunistas.

Como muitos devem saber, proliferam no Brasil edições de aberto teor anticomunista, como o citado livro de Orlando Figes, que logo ganhou edição brasileira, apesar das suas mais de mil páginas. Outro exemplo elucidativo desse viés são as obras do professor da Universidade da Flórida, Robert Gelately, *Lenin, Stalin e Hitler: a era da catástrofe social* (2010), além dos franceses *O livro negro do comunismo* (1999) e *Cortar o mal pela raiz. História e memória do comunismo na Europa* (2006), organizadas por Stéphane Courtois.¹⁰ Ao lado dessas traduções, a obra de Richard Pipes, acadêmico especializado na URSS e assessor da presidência dos Estados Unidos da América (EUA) para assuntos soviéticos, entre outras obras herdeiras da “sovietologia” anticomunista que fazem a festa dos interessados pela literatura ainda inspirada nos tempos da Guerra Fria.¹¹

O fato é que os ventos do mercado editorial sopram tanto para os lados da viabilidade comercial quanto para os lados dos interesses ideológicos que estes podem conter, de maneira que ao lado das publicações que

9 MURPHY, 2008, p. 45.

10 FIGES, 1999; GELATELTY, R. *Lenin, Stalin e Hitler: a era da catástrofe social*. Rio de Janeiro: Record, 2010; COURTOIS, S. et al. *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999; COURTOIS, S. et al. *Cortar o mal pela raiz. História e memória do comunismo na Europa*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

11 PIPES, R. *História concisa da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 1997.

aspiram disputar seriamente os leitores, como algumas das obras descritas acima, editadas por conhecidos historiadores acadêmicos ou respeitados especialistas em relações internacionais, inundam as prateleiras das livrarias obras sobre curiosidades históricas, ou sobre a vida íntima e privada de famosos, caracterizando uma historiografia de baixa qualidade, mas de grande apelo comercial.

O efeito colateral de todo este movimento é que talvez se possa dizer que a historiografia no Brasil parece ter alcançado a maturidade comercial encontrada em países da Europa e também nos Estados Unidos, onde a história acadêmica disputa o grande público com edições preparadas por historiadores ou jornalistas sem muito critério metodológico ou apreço pela verdade. Tal movimento levou muitos historiadores a renunciarem ao discurso de que a história tem qualquer função social, abrindo espaço para a imagem que os historiadores pouco ou nada podem nos dizer sobre o presente.

No caminho oposto, os discursos sobre o passado assumem a função de anatemizar as lutas e as revoluções, que passam a ser tomados como anomalias que se deve execrar.¹² A propósito, entre os livros de não-ficção mais vendidos no Brasil estão o *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, e seus sucedâneos *Guia politicamente incorreto da História da América Latina* e *Guia politicamente incorreto da História do mundo*, do jornalista Leandro Narloch, o segundo escrito em coautoria com Duda Teixeira, que se empenham firmemente em “denunciar” o que lhes parecem ser os mitos de uma historiografia dominada pelos marxistas, com propósitos políticos esquerdizantes.¹³ Além dessas obras, textos como *1808, 1822 e 1889*, de Laurentino Gomes da Silva, também jornalista, continuam despertando o interesse a curiosidade do leitor por aspectos supostamente bizarros ou tragicômicos do nosso passado.¹⁴

Não fosse pelo fato de que alguns investigadores sérios se arvoram a elogiar este tipo de historiografia, poderíamos ignorar tais autores, que não teriam muito a nos dizer sobre o passado. Todavia, quando uma parcela de historiadores sente-se pressionado pelo grau de espetacularização

12 Sobre o assunto, veja-se LOFF, M. Depois da Revolução? Revisionismo histórico e anatemização da revolução. In: MELO, D. B. de (Org.). *A miséria da historiografia*. Uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 53-65.

13 NARLOCH, L. *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*. São Paulo: Leya, 2009; NARLOCH, L. *Guia politicamente incorreto da História da América Latina*. São Paulo: Leya, 2011; NARLOCH, L. *Guia politicamente incorreto da História do Mundo*. São Paulo: Leya, 2013.

14 GOMES, L. *1808*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007; GOMES, L. *1822*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010; GOMES, L. *1889*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2013.

alcançado pela história vendida no mercado, havemos de refletir mais de perto sobre o que ganhamos e o que perdemos com a popularização da história nos termos que esta se apresenta atualmente.¹⁵

Entre as coisas que ganhamos com a vulgarização da história estão as revistas vendidas nas bancas. De certo modo, a tentativa de aproximar a historiografia acadêmica do público leitor mais vasto através de textos escritos na medida do interesse do senso comum e em linguagem acessível, é, sem sombra de dúvida, uma das grandes aquisições da história nos últimos anos. É verdade que aqui e ali se pode perceber algum exagero quando os periódicos descabam para temas que atijam o gosto duvidoso pelo bizarro, pelo curioso e pela intimidade dos personagens do passado. Sobre o assunto, uma das mais importantes revistas de história vendidas nas bancas, *a Revista de História da Biblioteca Nacional*, já dedicou dossiês à domesticação dos bichos, às amantes, às sociedades secretas, à astrologia e a outros temas antes pouco acessados pelos historiadores. Em contrapartida, não se viram dossiês sobre o mundo árabe, relacionados a temas tão quentes como a chamada Primavera Árabe, à crise econômica capitalista, às guerras imperialistas ou às formas de contestação da ordem que alcançaram o planeta nos últimos anos. Também, não se viram edições especiais dedicadas aos comunistas no Brasil nos 90 anos da fundação do PCB. O que se viu foram números que, aspirando trazer ao público temas tradicionais da história sem o cuidado devido, acabaram por provocar a ira dos historiadores dedicados ao assunto.¹⁶ Se é verdade que se trata de uma opção editorial, não se pode negar que uma revista consolidada, caso pretenda respeitar os seus leitores, deve, também, dedicar suas páginas aos temas tidos por tradicionais da história.

15 Elogios aos autores podem ser encontrados não apenas nas orelhas de alguns desses livros, mas em entrevistas de historiadores concedidas a jornais e revistas. Em todo caso, há que se observar que tais obras têm muito mais críticos do que defensores.

16 A propósito do dossiê *Guerrilheiros*, publicado em março de 2013 pela *Revista de História da Biblioteca Nacional*, a historiadora Anita Prestes escreveu: “[n]o referido dossiê, com a exceção talvez do artigo assinado por Edson Teles, não há uma análise substantiva do contexto histórico, – econômico, social e político – da época, nem da situação internacional então existente. Não é apresentado um exame da ofensiva então em curso de parte das potências imperialistas – em primeiro lugar dos EUA – contra os movimentos populares e revolucionários no continente latino-americano, a partir da vitória da Revolução Cubana em 1959. Falta uma apreciação das condições sócio-políticas do Brasil naqueles ‘anos de chumbo’, que poderia revelar a inviabilidade do recurso às armas na luta contra a ditadura no referido período, uma vez que inexistiam no país forças sociais e políticas organizadas e conscientes, preparadas não só para apoiar, mas também participar de um processo de rebelião armada com vistas à derrubada da ditadura”. Anita Prestes ainda aponta uma série de erros históricos contidos no referido número. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/cartas-e-dialogos/ideais-de-chumbo-ou-ideais-de-democracia-e-justica-social>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

De outro lado, não se pode negar que ganhamos alguma coisa quando sentimos a necessidade de romper os casulos de uma historiografia petrificada para fazer boa história, sem medo do debate com outras formas de abordagem e sem uma negação *a priori*. Já se disse alhures, que não se pode fazer boa política fazendo má história. A premissa, verdadeiramente necessária, como recurso de condenação de uma historiografia que fazia dos seus compromissos ideológicos o horizonte único da observação do passado, serve para reforçar a perspectiva acerca de qual herança os historiadores devem renunciar. Com efeito, ao criticar uma história-tradição exercida pelo oficialismo dos partidos comunistas, que faziam do “culto reacionário do passado” uma forma de celebração das vitórias e escamoteamento das heranças estorvantes, Georges Haupt aponta para as mazelas de uma história utilitária que só funciona como instrumento de legitimação do presente.¹⁷

Não obstante, à parte a história-tradição referida por Haupt, a história do movimento operário, dos partidos e movimentos de esquerda, incluindo-se a história dos comunistas, foi, pioneiramente, objeto de investigação de historiadores engajados, fundamentalmente de marxistas de conhecidas inserções partidárias. Assim, como fugir aos compromissos últimos da transformação do mundo que exigem um permanente esforço de análise do passado como recurso pragmático à política do presente? Seria possível se fazer uma história isenta de partidarismos? Por que se deve escrever uma história dos comunistas e por que essa história não poderia ser escrita por militantes?

De acordo com Eric Hobsbawm, historiadores da classe operária “situam-se num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, entre compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar o mundo e transformá-lo”.¹⁸ A tradição da historiografia britânica a qual se filiavam diversos militantes do Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB), entre eles Christopher Hill e Edward Thompson, importantes historiadores das revoluções inglesas e da classe operária, ensejou uma linhagem de grandes historiadores que nunca se furtaram a este compromisso, não obstante fossem competentes e conscienciosos historiadores. É justamente esta historiografia que permanece influenciando parte importante da historiografia brasileira sobre o movimento operário e o Partido Comunista.¹⁹

17 HAUPT, G. Por que a história do movimento operário? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 215, mar./ago. 1985.

18 HOBBSAWM, E. História operária e ideologia. In: HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre História Operária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 17.

19 Veja-se sobre o assunto SENA JÚNIOR, C. Z. de. Os trabalhadores e suas organizações: uma tentativa de pensar os sujeitos sociais e suas representações políticas. In: NEGRO, A. L.; SALES SOUZA, E.; BELL-

Ao se crer no caminho dos debates em torno de temas como a Revolução Russa, ou outros discutidos acima, não se pode acreditar em nenhum tipo de isenção dos historiadores, sejam eles marxistas ou não, militantes de um partido ou meros profissionais da academia, todos falam de um lugar específico. Todavia, não fazem necessariamente pior ciência os que professam uma posição política, nem são objetivos e imparciais os que assim se dizem apenas por não serem militantes. Em todo caso é sempre necessário que a busca da objetividade seja o horizonte comum da prática historiográfica, e mesmo que nenhuma forma de conhecimento positivo seja produzida por historiadores, devemos estar atentos às interferências de discursos ideológicos que reverberam mais compromissos políticos do que ciência. Como sugere José Honório Rodrigues:

Tudo compreender não significa tudo louvar. Há uma forma de historiografia que aprova tudo que aconteceu e teve conseqüência, sem reparar no seu significado moral. Esta espécie muito difundida de ‘positivismo’, que torna o historiador um simples ‘*claqueur*’ dos fatos e acontecimentos, não pode ser considerada história de alto estilo e muito menos científica. A verdadeira história é uma ciência humana. Não teme verdades incômodas, porque serve à Verdade e não aos sucessos políticos do dia.²⁰

A história não teme verdades incômodas, porque está a serviço de um tipo específico de verdade. Com efeito, se renunciarmos irremediavelmente aos compromissos com o presente, como o querem certas correntes da historiografia que não são necessariamente ocupadas por jornalistas, mas por filósofos e historiadores sérios e com carreiras acadêmicas consolidadas, devemos imaginar que mais cedo ou mais tarde o público que queremos alcançar vai acabar se perguntando o motivo de prestarem atenção nos nossos livros se todo discurso perde seu referencial e passa a ser ele próprio o significante. Ou seja, longe da história popular vendida nas bancas e livrarias, há outra forma de historiografia que pretende que a história não tem nada a dizer sobre o presente, porque o passado é a raridade, o contingente e o mero acaso.

A este respeito, uma importante e sutil inflexão foi observada nos últimos anos relacionada a temas e abordagens antes considerados clássicos, como o da história política, por exemplo. Em primeiro lugar, a introdução da noção de cultura política no campo da história política *stricto sensu*

NI, L. (Org.). *Tecendo histórias: espaço, política e identidades*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 249-268.

20 RODRIGUES, J. H. *Teoria da história do Brasil. Introdução metodológica*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 40.

engendrou a abertura de um leque de diálogos e consubstanciou um deslocamento do olhar do político sobre os sujeitos históricos conscientes, para dimensões do inconsciente e da cultura propriamente dita. Ao lado desta questão, e não menos importante, a desvalorização dos atores históricos tradicionais, como a classe e o partido, por exemplo, que perderam espaço para outros sujeitos, deu o tom das novas abordagens, de maneira que onde antes os historiadores buscavam a história da classe operária ou das suas representações políticas; onde antes se tomava por base a militância institucional, os dirigentes e a organização propriamente ditas, hoje se tem a história dos militantes anônimos, por vezes desvinculados dos processos institucionais e diretivos, como se se tratasse de uma “história vista de baixo”, oposta a uma história vista de cima; onde antes se esmiuçava a relação da organização com a sua base, compreendendo que nenhuma história política de partido pode deixar também de ser uma história social dos sujeitos que o partido pretende representar, hoje se procura uma história dos elementos de representação simbólica e de outras racionalidades incorporadas da cultura política; onde antes se buscavam as relações entre os aspectos nacionais e internacionais da atuação dos partidos, hoje se buscam histórias locais como se se pudesse recortar as conexões do passado ao sabor do olhar do historiador do presente; onde antes se combinava a apreciação dos fatores condicionantes (necessidade) e da agência humana (vontade), hoje se acusa como “determinismo” qualquer recurso à noção de causalidade; onde antes havia clássicos do marxismo, como Lenin, Trotsky e Gramsci, por exemplo, hoje há Foucault, Certeau, Deleuze, Derridá e outros ícones do pós-modernismo.

Obviamente que a entrada em cena deste tipo de história despertou os historiadores do seu sono profundo. É verdade que lhes retirou as certezas, provocando a busca por outras abordagens, outros temas, outros objetos e mesmo outros marxismos não necessariamente desvinculados das tradições clássicas. Por conseguinte, nenhuma resposta apressada ou recorrência a qualquer discurso de autoridade pode ter o efeito de decidir o debate imediatamente. Faz-se necessário discutir caso a caso os problemas levantados pela historiografia contemporânea, mas, acima de tudo e mais importante, os problemas desta historiografia.

No que tange ao aspecto dos problemas levantados pela historiografia contemporânea, uma parte já foi aqui discutida quando recorremos a Gerges Haupt para demonstrar as mazelas da história-tradição praticada pelas versões oficiais dos partidos e pelos discursos tradicionais e oficialistas dos historiadores arraigados no passado. Convém mencionar, contudo, que este tipo de história não chegou a existir no Brasil no que tange

aos estudos sobre o PCB, tendo predominado entre nós uma história de tipo monográfico, iniciada nos anos 1960 com o clássico, *Formação do PCB* de Astrojildo Pereira, em que se abordava as conjunturas importantes da história do PCB.²¹ A obra do ex-dirigente do PCB, Astrojildo Pereira, ficou como um dos poucos registros da tentativa de se construir uma história do Partido Comunista Brasileiro nos anos 1960. O golpe empresarial-militar de 1964 certamente impediu outros projetos no mesmo sentido, de modo que é somente nos anos 1980 que uma grande quantidade de memórias de ex-militantes e ex-dirigentes vieram preencher o vácuo da literatura sobre os comunistas no Brasil, constituindo-se numa parte importante da história dos partidos e movimentos de esquerda antes dos anos 1980.²²

Com a abertura política, a redemocratização e a legalização dos PCs em meados da década de 1980, houve um breve ensaio que se poderia chamar de tentativa de se construir uma história-tradição do PCB com os livros *Contribuição à história do PCB* de Nélson Werneck Sodré, e , *Breve história do PCB* de José Antônio Segatto, que eram muito mais que tentativas de sínteses de intelectuais que militavam ou estavam próximos do partido, do que de historiografia oficial propriamente dita.²³ Também da década de 1980 são as obras de Edgar Carone e de Moisés Vinhas que reúnem documentos e pequenos capítulos de sínteses de importantes momentos da história do PCB, dando o tom da historiografia do período que, entre outras coisas, demonstrava grande preocupação na preservação de fontes para futuras investigações.²⁴

21 Na publicação do livro *Formação do PCB*, havia a notícia de que o partido intentava construir uma história a partir da nomeação de uma comissão para cumprir a tarefa. De acordo com Astrojildo Pereira, haveria muitas dificuldades neste tipo de empresa, haja vista a dispersão da documentação existente e as condições adversas que a permanente ilegalidade haviam imposto ao partido, que necessitava de “reduzir ao mínimo certos documentos”, preferível os esforços na constituição de uma história monográfica do PCB. Cf. VIANNA, M. G. Nas origens do comunismo brasileiro. In: PEREIRA, A. *Formação do PCB*. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. p. 18; PEREIRA, 2012, p. 30.

22 Há, sem dúvida, uma boa quantidade de memórias publicadas sobre o PCB até os anos 1990, quando a historiografia sobre o tema parece alcançar uma certa independência e maioridade. Ainda nos anos 1960, Leônicio Basbaum publicou *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. Em seguida vieram as obras de Octávio Brandão, Gregório Bezerra, Heitor Ferreira Lima e João Falcão, apenas para citar algumas das mais importantes. BRANDÃO, O. *Combates e batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; BEZERRA, G. *Memórias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 2 v.; LIMA, H. *Caminhos percorridos: memórias de militâncias*. São Paulo: Brasiliense, 1982; FALCÃO, João. *O partido comunista que eu conheci: (20 anos de clandestinidade)*. 2. ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.

23 SODRÉ, N. W. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984; SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB*. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

24 Professor da Universidade de São Paulo (USP) e simpatizante do PCB, Edgar Carone era irmão de Maxim Tolstoi Carone, dirigente da juventude comunista nos anos 1930. Grande especialista na história do movimento operário e dos comunistas brasileiro, Edgar Carone se notabilizou pelo pioneirismo e pela publicação de larga quantidade de documentos inéditos. Sobre o Partido Comunista Brasileiro, sua obra mais importante é a trilogia *O PCB. (1922-1943; 1943 a 1964; 1964-1982)* São Paulo: Difel, 1982,

Quanto à historiografia acadêmica sobre os comunistas que teve por base as monografias sugeridas por Astrojildo Pereira, no início dos anos 1990, quando os ares da democracia pareciam se consolidar no Brasil, surgiram trabalhos de peso, como os de Marcos Del Roio, Paulo Sérgio Pinheiro, Marly Gomes Vianna, Anita Leocádia Prestes, entre outros.²⁵ No início do século XXI, Dainis Karepovs e Murilo Leal deram importantes contribuições à história do trotskismo no Brasil, abordando as incontornáveis e acirradas polêmicas entre comunistas e trotskistas, cuja obra pioneira é a de José Castilho Marques Neto, publicada em 1993.²⁶

Na primeira década do século XXI, um setor da história social brasileira de matriz thompsoniana procurou superar a história política dos comunistas, propondo em alternativa uma abordagem que privilegia a história social e a classe operária. Quanto a este movimento, cujos resultados ainda são incertos, não se pode deixar de dizer dos compromissos políticos que moveram os jovens intelectuais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), quase todos ligados ao Partido dos Trabalhadores, que pretenderam tomar os sujeitos sociais como os principais atores das conjunturas do século XX.²⁷

3 v. Tendo ingressado no PCB nos anos 1930, o pernambucano Moisés Vinhas participou de importantes momentos na história do partido, como a insurreição de 1935, a reorganização do PCB pós-Estado Novo, a luta contra a ditadura, que o levou a ser condenado à prisão por 10 anos. De sua autoria *O Partido: a luta por um partido de massas, 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982, é uma obra que pode ser descrita como estando entre a história e a memória.

25 DEL ROIO, M. *A classe operária na Revolução Burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990; PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil: 1922-1935*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; VIANNA, M. de A. G. *Revolucionários de 35. Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; PRESTES, A. L. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora. Os caminhos da luta antifascista no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. Dessa mesma linhagem, convém mencionar ainda os vários trabalhos de PRESTES, A. L. *Da insurreição armada (1935) à "União Nacional" (1938-1945)*. A virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001; PRESTES, A. L. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/1958)*: Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010, entre outros, além da obra de SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988; SEGATTO, J. A. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB. 1954-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1995; MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada. A política dos comunistas*. São Paulo: Boitempo, 1999; SENA JÚNIOR, C. Z. de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2009 e FALCÃO, F. *Os homens do passo certo. O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: Sundermann, 2012.

26 MARQUES NETO, J. C. *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993; KAREPOVS, D. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Editora da UNESP: HUCITEC, 2003; LEAL, M. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

27 Apenas para citar alguns estudos recentes de matriz thompsoniana, vejamos os trabalhos da coletânea, que funciona como uma espécie de livro-manifesto: FORTES, A. et al. *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. Vejamos também: SILVA, F. T. da. *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003; TOLEDO, E. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004; SCHMIDT, B. B. *Em busca da terra*

No início dos anos 2000 surgiu uma inflexão revisionista que pretendia deslocar as abordagens mais diretamente políticas da história dos comunistas no Brasil a partir da introdução da noção de cultura política. Tal movimento tem um texto paradigmático publicado no ano 2002, *Prisioneiros do mito*, de Jorge Ferreira, que pretendeu ser a primeira obra a utilizar uma abordagem etnográfica tomada da antropologia para esquadrihar a militância comunista buscando perceber as “atitudes”, “representações sociais” e “códigos de comportamentos” que formariam um conjunto de “crenças, idéias [sic] e valores socialmente reconhecidos por um grupo ou classe social”.²⁸ Na execução desse projeto, Jorge Ferreira, que é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), buscou na antropologia de Mircea Eliade os elementos principais de suas referências, transformando a história dos comunistas e do PCB numa espécie de vertente da história das religiões.²⁹

Sobre as tentativas de introduzir novidades e modas intelectuais na historiografia tradicional sobre o movimento operário, que aqui chamamos de revisionismo em função de suas intencionais motivações políticas relativas ao tema dos comunistas, Hobsbawm já havia expressado suas ressalvas. O historiador britânico, enquanto considerava o alargamento do campo da história operária que transitava das abordagens mais políticas, ideológicas ou mesmo econômicas, para uma história social mais ampla, afirmou:

A aplicação de novos conceitos, em geral emprestados das ciências sociais, é igualmente perigosa, *se não está claro em nossa mente o que estamos tentando descobrir ou explicar*; ou, se o leitor prefere o jargão – qual é o nosso modelo. O perigo é ainda maior porque, como Ernst Gombrich assinalou recentemente, a natureza da profissão acadêmica é tal que estimula a originalidade e o modismo. As formulações mais implausíveis podem ter certeza de estarem incluídas em todas as subseqüentes notas de rodapé e bibliografias, se forem novidades, apesar de serem facilmente descartadas. Para que alguém analise o sindicato por ofício à luz das discussões

da promessa: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004. NEGRO, A. L. *Linhas de montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização de trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004. Alternativamente a interpretação thompsoniana, vejam-se os trabalhos de MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos. Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998 e SANTANA, M. A. *Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

28 FERREIRA, J. *Prisioneiros do Mito*. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 14-15.

29 De acordo com o autor: “Embora os comunistas se apresentassem como produto mais acabado do longo processo de dessacralização do mundo, eles não conseguiram repudiar por completo a herança religiosa das sociedades do passado”. FERREIRA, op. cit., p. 15.

antropológicas sobre parentesco artificial, é somente uma questão de tempo, se é que já não se fez isso; e eu não duvido que haja quem já tenha analisado os sindicatos operários como sistemas de parentesco patrão-cliente.³⁰

O irônico ceticismo de Hobsbawm tinha razão de ser, passados 40 anos da publicação do artigo “História operária e ideologia”. A historiografia do movimento operário enveredou por caminhos insólitos, abandonando as abordagens consideradas tradicionais e tidas por adequadas pelo historiador britânico. Com efeito, desde que o termo “cultura política” encantou boa parte dos historiadores do movimento operário e do Partido Comunista, a historiografia da classe operária e também dos partidos e movimentos de esquerda, depois de transitar dos estudos inseridos nos quadros da política e das ideias para o domínio do social, desaguou no campo da cultura e da representação, por vezes, eivada com um verniz de sofisticação pós-moderna.³¹ Contribuíram para esta inflexão, a queda do Muro de Berlim e a decomposição da URSS, que desencadearam uma ofensiva ideológica através das teses sobre o fim da história, implicando no abandono dos projetos coletivos e uma crise das utopias que demarcaram boa parte do século XX.

No terreno da teoria, a *debacle* do chamado “socialismo real” refletiu-se em uma crise que provocou o abandono do marxismo por parte de diversos marxistas, o que fez com que muitos se refugassem nas primeiras modas intelectuais que sopraram da Europa e dos Estados Unidos.³² Como corolário desse movimento, as expectativas criadas em torno da abertura dos Arquivos de Moscou para o grosso dos historiadores herdeiros da soviétologia estadunidense, desencadearam um *frisson* de especulações sobre possíveis revelações bombásticas. Como tais revelações não se confirmaram, somente por uma operação chamada por Murphy de “interpretação ideologicamente seletiva da era revolucionária”, a historiografia pôde caminhar para a direita, e não para a esquerda, escusando-se de confirmar aquilo que os clássicos do marxismo haviam dito.³³

30 HOBBSAWM, 1987, p. 28-29, grifo do autor.

31 Para uma análise mais ampla sobre o culturalismo na historiografia brasileira, veja-se: As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. LOFF, 2014, p. 67-98.

32 Sobre os efeitos da última crise do marxismo e o fenômeno do transformismo em parte da esquerda brasileira, veja-se: COELHO, E. *Uma esquerda para o capital. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2012.

33 MURPHY, K., Podemos escrever uma história da Revolução Russa?, op. cit., p. 61-62. Ainda sobre as “revelações bombásticas” dos Arquivos de Moscou, nem mesmo o assumido revisionista Bruno Groppo, que assina um texto com Bernard Pudal, admite que se promoveram revelações espetaculares: “Ainda

No final das contas a distopia teórica aludida por Hobsbawm na historiografia da classe operária, tem entre seus exemplos mais acabados a obra do historiador brasileiro Jorge Ferreira, que não se limitou a investigar o partido como instituição, mas recorreu aos elementos da cultura e da representação que os militantes anônimos tinham do comunismo, para explicar o fenômeno político. Obviamente que não podemos conceder essa história tão cara aos militantes e à própria historiografia brasileira, pioneiramente elaborada pelos egressos do PCB, a uma abordagem que inspire, nem de longe, algum tipo de anticomunismo.³⁴ Da mesma forma, dizemos com Murphy, que nos apoiamos nos ombros de uma tradição bastante rica, que apesar de tudo, ainda não foi ultrapassada pelas modas acadêmicas.³⁵ Isso porque, em parte pela reedição das guerras imperialistas, insurreições, revoluções e golpes de Estado que padronizaram as mudanças políticas durante a modernidade, em parte porque governos identificados com a esquerda alcançaram o poder em diversos países, enfim, considerando que o interesse pelo passado se move na medida das questões colocadas pelo presente, as novas gerações seguirão fazendo perguntas sobre padrões de transformação e sobre as regularidades históricas, da mesma forma em que se indagarão sobre os “porquês” de se fazer uma história dos comunistas, das revoluções e das utopias do século XX.

Considerando que o novo século trouxe consigo um renovado interesse pela história e por uma história crítica, e que aborda temas de reconhecida relevância social, a demanda de conhecimento do marxismo, da Revolução Russa, da história dos comunistas e de temas consorciados à transição socialista, não cessou de crescer no Brasil. Destacam-se, sobretudo, as recentes publicações de obras inéditas de Marx, Engels e Gramsci, assim como as de Trotsky e Lenin, estes últimos publicados por editoras ligadas aos partidos e movimentos de esquerda, o que deixa em aberto às perspectivas de possíveis futuros não inscritos nas doutrinas providenciais, mas nas perspectivas aduzidas pelas lutas.³⁶

que demasiado cedo para um balanço da situação, parece poder afirmar-se que o acesso às fontes não levou, pelo menos até a data presente, a por fundamentalmente em causa as interpretações propostas pela historiografia mais séria, mas sim a corrigi-las em questões secundárias e a completa-las: prova, se disso necessitássemos, de que podia ser efectuado um trabalho científico sério mesmo sob condições pouco favoráveis”. GROppo, B.; PUDAL, B. Uma realidade múltipla e controversa. In: DREYFUS, M. et al. *O século dos comunistas*. Lisboa: Notícias editorial, 2004. p. 24.

34 Sobre o problema do anticomunismo na historiografia, polemizei contra esta tendência em um artigo recente: SENA JÚNIOR, C. Z. Mito, memória e História: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo; LOFF, 2014, p. 99-121.

35 MURPHY, K., Podemos fazer uma história da Revolução Russa? op. cit., p. 63.

36 As editoras citadas neste parágrafo são: a Boitempo, que projeta publicar a obra completa de Marx e Engels a partir das do projeto das edições MEGA; a Expressão Popular, com relações com o MST; e a

Em todo caso, a resposta à pergunta que dá título a esta introdução pode, em parte, ser respondida pelos textos que compõe esta coletânea. Neste conjunto de trabalhos oriundos do Seminário sobre os comunistas no Brasil, ocorrido nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, no mês de junho de 2012, o leitor poderá encontrar histórias para todos os gostos. As opções, todavia, não vão muito além das abordagens que tem o político e o social como terrenos privilegiados. Isso porque, para os autores da coletânea, refratários às modas intelectuais e ao elogio fácil do mercado, tão ou mais importante do que interpretar o mundo, é continuar lutando para que a humanidade torne o passado citável em sua plenitude, sendo isso possível apenas com a sua emancipação de todas as formas de subalternidades.³⁷

Os artigos que compõem esta coletânea foram elaborados entre 2012 e 2013, ainda em meio aos debates, celebrações e reflexões que ocorreram em torno da efeméride pelos 90 anos da fundação da primeira efetiva organização comunista do Brasil, o PCB, chamado Partido Comunista do Brasil até 1961, depois disso denominado Partido Comunista Brasileiro. Por conta disso, neste livro poderão ser encontrados alguns dos mais importantes temas, debates, inspirações, orientações e práticas que motivaram e movimentaram os comunistas brasileiros enquanto estes se apresentavam como alternativa de representação dos explorados e oprimidos deste imenso país tropical.

Sendo uma obra coletiva, abordagens distintas serão encontradas, mas em se tratando de obra de historiadores, não se deixa de notar o forte componente de narrativa que perpassa todos os artigos. Em função disto, o organizador desta coletânea optou por reunir em três partes separadas os 11 artigos que compõe este livro, adotando o critério cronológico como elemento de divisão entre a parte I “Das origens a Aliança Nacional Libertadora (ANL)”, a parte II, “Resistência e legalidade” e a parte III “Do Manifesto de Janeiro de 1948 à Declaração de Março de 1958 e além”.

No primeiro artigo da coletânea, “Observações sobre as ideias socialistas, anarquistas e comunistas na imprensa (1902-1924)”, de Marly de Almeida Gomes Vianna, o leitor encontrará os debates que envolveram diversas correntes do movimento operário na agitada conjuntura de inícios do século XX, até 1924. Com a mão firme de uma historiadora experiente e profunda conhecedora dos debates que animaram os vários períodos da organização comunista, Marly Vianna percorre os meandros das lutas

Sudermann, ligada ao PSTU, além de outras menores.

37 BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011, p. 223.

sociais e políticas que inspiravam os jornais operários editados por anarquistas, socialistas e pelos primeiros grupos que se aproximaram do bolchevismo e que, posteriormente, convergiram para a fundação do PCB.

Buscando deslindar os primeiros passos do PCB na Bahia, Marcelo da Silva Lins discute as movimentações de militantes e sindicalistas, baianos e forasteiros, que trabalharam pela fundação do Partido Comunista na Terra de Todos os Santos e nas cercanias das fazendas de cacau do sul do estado. Em seu texto, Marcelo Lins descreve a impossibilidade de precisar a data de emissão da “certidão de nascimento” do partido na Bahia, e realiza importantes reflexões sobre o período e o trabalho de organização dos comunistas dessa localidade.

No artigo de Raimundo Nonato Pereira Moreira, o “renegado” Antônio Maciel Bonfim, o famoso Miranda, é o personagem central dessa importante tentativa de entender a trajetória dessa lenda maldita na memória dos comunistas brasileiros. Sem se comprometer com os acusadores de Miranda, em perspectiva biográfica, o autor busca compreender o personagem no limite entre a história e a memória.

A Campanha em torno de 50% de abatimento para estudantes, levada a cabo por militantes comunistas em 1935, é o tema do texto de Dainis Karepovs. Investigando a atuação dos estudantes brasileiros em torno de uma bandeira que mobilizaria a juventude por décadas, Karepovs discute a atuação dos jovens comunistas no contexto do surgimento, expansão e extinção da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Em seguida, o artigo de Rafael Fontes inaugura a parte II da coletânea. Fomentando a reflexão sobre os caminhos da juventude baiana na conformação de projetos de inserção intelectual e política cotidiana, o autor busca entender a conformação de uma cultura comunista, em permanente intercâmbio com outras perspectivas.

De minha própria autoria, o artigo “O esteio da ordem” busca entender os significados táticos e estratégicos da política do PCB para a classe operária nos anos 1940. Em vista dos impasses estratégicos e pressões dos sujeitos sociais que lutavam pela transformação do mundo, busco analisar como os comunistas se posicionaram diante dos grandes desafios que opunham o capital ao trabalho nos estertores da guerra.

Os Comitês Populares Democráticos (CPD) são o tema do artigo de Raquel Oliveira Silva, que contextualiza a ampliação da influência dos comunistas, enquanto estes se converteram em um partido com influência de massas e tentavam alcançar a maioria do “povo”, pretendendo-se livrar da pecha de “partido do proletariado”.

A insubordinação comunista frente à “esquerdização” do PCB, de Ede de Assis Ricardo Soares, é o tema do texto que abre a parte III da coletânea. Pretendendo discutir as implicações da opção política de saída pela esquerda provocada pelos Manifesto de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950, e sua consecução prática na vida do PCB em uma cidade do interior da Bahia, o autor percorre os meandros do debate surgido no contexto de superação/conservação da tática de União Nacional.

A famosa Declaração de Março de 1958 é o objeto de apreciação de Frederico José Falcão que adentra aos debates partidários para tentar compreender os significados da inflexão na linha política do partido e os debates que ela provocou. Na construção do seu argumento, o autor vai além da discussão das polêmicas em torno da Declaração de Março de 1958, tentando entender o que realmente estava em jogo e o que mudava na concepção estratégica do Partido enquanto este se via confrontado com outras organizações de esquerda que surgiam como alternativa ao PCB.

Eurelino Coelho aborda o rico debate ocorrido entre 1956 e 1959 que levou o PCB a superar sua compreensão de que o Brasil ainda era um país feudal. Situando o seu discurso entre “a classe” e “a nação”, os comunistas brasileiros se viram pressionados a realizar um significativo giro tático que culminaria na “nova política” dos anos 1960, década em que surgiram novas opções de organizações de esquerda.

A trajetória e a função da *Revista Internacional (Problemas da Paz e do socialismo)*, de longa vida no PCB, é o objeto de discussão do texto de Muniz Gonçalves Ferreira no artigo que fecha a coletânea. Em seu texto, o autor discorre sobre as mudanças ocorridas na concepção do PCB entre os anos 1958 e 1990, avaliando a vinculação internacional do partido neste período através dos periódicos que publicava.

O objetivo desta coletânea é tanto oferecer um panorama provisório dos estudos sobre o Partido Comunista em nosso país, como reafirmar a primazia das abordagens contidas nos textos, essencialmente políticas, embora não exclusivamente. Longe do monolitismo reinante na história-tradição rechaçada por Haupt, impera nesta obra uma pluralidade de concepções e pontos de vista, ainda que não se deva encontrar aqui adesão aos modismos intelectuais de ocasião. Os ventos que sopraram na historiografia brasileira dos últimos anos, e que se tornaram um vendaval a derrubar estruturas de pensamento e teorias de toda espécie, ainda não fizeram estrago entre os historiadores que aqui escrevem. Entre estes, a boa polêmica é bem vinda, mas não ao ponto de se fazer uma má história.